

Direitos humanos 48 anos depois

Os direitos humanos constituem uma das mais significativas invenções de nossa civilização. Assim como a penicilina nos defende de bactérias letais, os direitos humanos buscam proteger as pessoas contra invasões inaceitáveis em sua esfera de dignidade. Visam também

proteger as sociedades de seus grandes males. A idéia contemporânea de direitos humanos foi cristalizada pela Declaração Universal, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Reflexo das atrocidades cometidas durante a 2ª Guerra, especialmente pelo nazismo, a Declaração busca estabelecer, para todos os povos, um ideal comum de respeito à pessoa humana.

Esse ideal é hoje aceito pela quase totalidade dos povos. No entanto, também é violado, mais ou menos sistematicamente, pela quase totalidade dos mesmos povos. Quarenta e oito anos após a adoção da Declaração, a tortura, a miséria, o assassinato de crianças, a discriminação de minorias, continuam desprezando o rol básico de direitos civis, políticos, sociais e econômicos por ela expressos. Numa população de 5,3 bilhões de seres humanos, mais de 2 bilhões vivem em absoluta miséria e outro bilhão na linha de pobreza. Privada dos direitos básicos de sobrevivência, mais da metade dos habitantes do globo encontra-se automaticamente excluída dos benefícios e confortos vividos pelo restante da população mundial.

Mais não é apenas a miséria, provocada por uma perversa alocação de riquezas, dentro e fora dos Estados, que relega as

pessoas a uma condição submana. A violência provocada ou permitida pelo Estado, a exclusão jurídica e política, a discriminação contra mulheres e racial, são uma constante fonte de violação da Declaração. A má distribuição de riqueza não pode ser utilizada para justificar esses fatos. No mais das vezes, ela é uma consequência direta da falta de democracia e de direitos civis. Daí dizer-se que as diversas espécies de direitos humanos são interdependentes.

O fato da Declaração Universal ter sido sistematicamente desrespeitada nesses últimos 48 anos não significa um fracasso. A sua aceitação, mesmo que de forma hipócrita, pela imensa maioria dos Estados, transformou o conteúdo da Declaração Universal num paradigma ético pelo qual se pode medir a justiça e a legitimidade de governos e da

estrutura política e econômica internacional. É com base nos direitos humanos que se pôde dizer que o que ocorria na África do Sul era inadmissível. É com base na Declaração Universal que se pode afirmar que a distribuição de riquezas entre norte e sul é intolerável. É também com base neste catálogo de direitos que se deve repelir os massacres e extermínios no Brasil. O paradigma dos direitos humanos mobiliza o sentimento de vergonha moral. Entidades como Anistia Internacional, Human Rights Watch, comissão Teotônio Vilela, Comissões de Justiça e Paz, que lutam pelos direitos humanos, têm sido responsáveis senão pela eliminação das violações dos direitos humanos, pelo menos por um processo de civilização dos governos.

O desafio atual dos direitos humanos, que nem de longe terminaram essa missão original de civilizar os governos, é buscar estabelecer limites mínimos à "irresistível" lógica do mercado e da globalização. A

conclusão de que a liberdade de mercado é a melhor forma de geração de riquezas não significa que a distribuição dela resultante deva ser aceita incondicionalmente. A guerrilha que se inicia em regiões miseráveis no México, a reação dos sindicatos argentinos contra o corte dos benefícios sociais, a ação dos sem-terra no Brasil, não são resultado de uma recaída romântica dos movimentos populares. Até a ortodoxa revista *The Economist* reconhece que os regimes democráticos latino-americanos não têm conseguido gerar um crescimento sustentável e uma melhor distribuição de riquezas. E por melhor distribuição de riquezas entenda-se a garantia dos direitos humanos básicos plasmados na Declaração Universal. Sem que este fim seja atingido a riqueza é destituída de sentido. A tortura, a fome, o extermínio, as epidemias degradam igualmente a dignidade humana dos que têm os seus direitos violados, dos que violam e dos que assistem impassíveis à supressão dos direitos humanos.

Se pretendemos ser civilizados, é preciso levar os direitos humanos a sério. Submeter os demais ideais de crescimento econômico, modernização e segurança aos seus princípios. Reconhecer em cada pessoa, independente de sua raça, sexo ou origem, um ser moral, garantindo a liberdade e provendo as necessidades básicas de cada um. A paz social não é uma dádiva, é uma construção. A opção dos direitos humanos é a da civilização. Sua negação: o atraso, a barbárie. A cada um de nós cabe a escolha.

Papel da Declaração é, hoje, impor limites mínimos à lógica do mercado



■ Oscar Vilhena Vieira, Professor de Direito da PUC-SP, Procurador do Estado e 'Master of Laws' pela Universidade de Columbia, Nova York